

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

## RELATÓRIO E PARECER

---

**PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2022” E N.º 22/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2022”**

09 DE NOVEMBRO DE 2021



---

## INTRODUÇÃO

---

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 5 de novembro de 2021, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2022” e n.º 22/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022”.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Política Geral, no dia 2 de novembro de 2021, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 9 de novembro de 2021.

---

## ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.



Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias inframencionadas são competência da Comissão Permanente de Política Geral.

---

### PROCESSO DE ANÁLISE

---

Compete à Comissão Permanente de Política Geral a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambos para o ano de 2022, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Organização administrativa da Região;
- Ordem e segurança pública e proteção civil;
- Comunidades açorianas;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Tratados e Acordos internacionais;
- Habitação e equipamentos;
- Arrendamento urbano;
- Urbanismo;
- Prevenção e segurança rodoviária;
- Cooperação Regional
- Trabalho e formação profissional;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



---

**APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS**

---

A programação anual vertida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2022.

A análise da presente proposta do Plano Regional Anual, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre a análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas e na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2022.

**Quadro**

**Plano Regional Anual para 2022**

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Política Geral)

<b>Objetivos / Programas</b>	<b>Investimento Público (€)</b>	<b>Plano (€)</b>	<b>Outros Fundos (€)</b>
<b>1 – Informação, Comunicação e Cooperação Externa</b>	<b>1.858.849</b>	<b>1.858.849</b>	
<b>1.4</b> Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	340.669	340.669	
<b>1.5</b> Os Açores no Espaço Europeu	170.680	170.680	
<b>2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação,</b>			



<b>Poder Local e Comunidades</b>	<b>59.610.581</b>	<b>59.610.581</b>	
<b>2.6</b> Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	9.228.113	9.228.113	
<b>2.7</b> Arrendamento Acessível e Cooperação	15.261.983	15.261.983	
<b>2.8</b> Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	389.272	389.272	
<b>2.9</b> Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo	1.035.587	1.035.587	
<b>2.10</b> Cooperação com os Municípios	1.176.400	1.176.400	
<b>2.11</b> Cooperação com as Freguesias	753.000	753.000	
<b>2.12</b> Emigrado e Regressado	57.760	57.760	
<b>2.13</b> Identidade Cultural e Açorianidade	282.278	282.278	
<b>2.16</b> Cooperação Institucional	100.000	100.000	
<b>3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública</b>	<b>117.872.937</b>	<b>117.435.187</b>	<b>437.750</b>



<b>3.2</b> Emprego e Qualificação Profissional	170.000	170.000	
<b>3.3</b> Modernização e Resstruturação da Administração Pública Regional	3.498.362	3.498.362	
<b>3.4</b> Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	1.537.750	1.100.000	437.750
<b>5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil</b>	<b>56.268.585</b>	<b>56.268.585</b>	
<b>5.14</b> Equipamentos e Comunicações	2.118.000	2.118.000	
<b>5.15</b> Infraestruturas do SRPCBA	922.863	922.863	
<b>5.17</b> Formação	162.000	162.000	
<b>11 – Juventude, Emprego, Comércio e Energia</b>	<b>106.630.765</b>	<b>40.582.959</b>	<b>66.047.806</b>
<b>11.2</b> Qualificação Profissional e Emprego	97.108.835	31.133.279	65.975.556
<b>12 – Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações</b>	<b>126.218.813</b>	<b>126.218.813</b>	

**DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, ARTUR LIMA:**

O Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção fazendo um resumo das áreas que estão na alçada da Vice-Presidência e que se enquadram na Comissão de Política Geral. Nesse sentido referiu que:



O plano de investimentos global da Vice-Presidência do Governo, para 2022, é de 59.610.581,00€. Na área social, o investimento será de 28.342.905€ e na habitação de 25.945.542€. Quanto às outras áreas de intervenção da Vice-Presidência, salienta-se o investimento de 2.934.400€ no poder local; nas comunidades, 385.821€; e na Aerogare Civil das Lajes, um investimento na ordem dos 2.937.500€. Numa análise por setor, para o ano de 2022, constata-se o seguinte:

- No que diz respeito ao Poder Local, a Vice-Presidência do Governo pretende continuar a valorizar o poder local. Um poder que, por estar mais próximo dos cidadãos, conhece melhor o território e a comunidade, sendo que exercerão melhor as suas competências, desde que tenham acompanhamento técnico contínuo e apoio financeiro reforçado. 2022 será um ano em que o Governo continuará a priorizar os apoios, financeiros, técnicos e logísticos, às freguesias. A cooperação técnica e financeira com as freguesias, em 2022, conhece um aumento na ordem dos 10% em relação a 2021, o que envolverá a verba de cerca de 753 mil euros. Respeitando sempre os princípios da transparência e da igualdade institucional, estas verbas que servem para fazer face a um conjunto de despesas de funcionamento das juntas de freguesia, serão alocados com sentido de justiça e equidade. Recorrendo a verbas dos fundos comunitários, e cumprindo os desígnios da transição digital, iremos criar um Portal da Cooperação com o Poder Local. Este Portal irá, por exemplo, desmaterializar procedimentos de candidatura a realizar pelas autarquias locais. Em 2022, o Governo inseriu um valor de apoio à ANAFRE em cerca de 25 mil euros para terem maior previsibilidade e autonomia no desempenho da sua importante missão. É intenção da Vice-Presidência do Governo reforçar a cooperação técnica e financeira com os municípios. É por esta via que os poderes regional e local estarão mais capacitados para ultrapassar questões prementes, como é o caso das carências habitacionais ou o despovoamento populacional. Nesse sentido, e honrando o compromisso assinado com a AMRAA a 10 de setembro de 2021, o Governo continuará a pagar aos municípios os valores que lhes são devidos do IRS. Em 2022, pagaremos mais 1 milhão de euros. Até 2024, concluiremos este processo. A expectativa é de que em 2022, irão começar a efetuar as transferências relativas ao IVA para os municípios, que ficou pendente em 2020. Em 2023, contam transferir os valores relativos ao ano de 2021.

- Relativamente às comunidades, o plano para 2022, assume e reforça o que vem atrás e permite seguir em frente com inovação e estratégia. Em 2022, o Governo prevê aumentar as transferências financeiras para as Casas dos Açores em 5% relativamente ao valor de 2021 e, também aumentar em 10% os apoios direcionados à Associação dos Imigrantes nos Açores e à Associação de Emigrantes dos Açores. A Vice-Presidência do Governo apoiará financeiramente,



com cerca de 25 mil euros, a reunião da Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas dos Açores, que comemora 25 anos em 2022, e que decorrerá no Canadá. O Conselho da Diáspora Açoriana, que instalado em 2021, realizará a sua primeira reunião presencial, durante o primeiro semestre, nos Açores, e terá também o devido apoio público regional em cerca de 25 mil euros. Pretende-se promover um encontro de jovens líderes comunitários, que lhes permita conhecerem a realidade contemporânea da terra natal dos seus antepassados e, desta forma, ganharem referências identitárias para levarem por diante a preservação da açorianidade no mundo.

- No que diz respeito à Habitação, em 2022, a Vice-Presidência do Governo continuará a impulsionar políticas que sejam facilitadoras do acesso condigno à habitação, contando sempre com a cooperação do poder local e do setor social.

Um dos maiores desafios à Autonomia política é garantir que cada família açoriana tenha um lar. Este é um desafio que subsiste, passados que estão quase cinco décadas da Autonomia, e o Governo Regional fará o que estiver ao seu alcance para enfrentar esse desafio. No próximo ano, não será descurada a habitação social que é fulcral no contexto das comunidades mais frágeis. Todavia, ficou claro, com o Plano de investimentos para 2021, e agora para 2022, que se pretende ampliar a nossa capacidade de resposta dirigida às famílias de classe média e aos casais jovens, por via da recuperação de habitação degradada. Para 2022, a Vice-Presidência do Governo prevê a atribuição de apoios a 787 famílias ao abrigo do programa “Casa Renovada-Casa Habitada”. No que respeita aos programas de apoio ao “Combate à Infestação por Têrmitas”, prevê-se investir cerca de 800 mil euros. Prevê-se ainda a atribuição de apoios para a recuperação e adaptação das habitações de 400 famílias através Contratos ARAAL. O Governo estima apoiar 1800 famílias em regime de “Arrendamento Apoiado”, em arrendamento direto (RAA) e subarrendamento (IHRU) contabilizando cerca de 3 milhões de euros (a chamada habitação social) e 496 famílias em regime de “Opção de Compra” no valor de 400 mil euros. O aumento da oferta do “arrendamento com opção de compra”, objetivo principal da política de habitação deste governo, só será possível com o aumento do parque habitacional da RAA, sobretudo pela via da compra e reabilitação de casas nas freguesias.

- Finalmente, e no que diz respeito à Aerogare Civil das Lajes, a Vice-Presidência espera concretizar a reparação e substituição do revestimento da cobertura da Aerogare, o que envolve um investimento na ordem dos 267 mil euros; pretende-se remodelar a área do check-in no 3º piso com cerca de 300 mil euros; e prevê-se ainda adquirir equipamento de rastreio de segurança aeroportuária com cerca de 120 mil euros. Estes investimentos permitirão à Aerogare





reganhar alguma dignidade, desde logo por ser uma das portas de entrada de residentes, turistas e emigrantes na Região.

A Deputada Sabrina Furtado (PSD) iniciou a sua intervenção enaltecendo a atuação do Senhor Vice-Presidente Artur Lima, fazendo referência ao facto de haver uma crescente proximidade entre o Governo e os autarcas. É de valorizar o esforço feito no sentido de devolver às autarquias o valor do IRS, situação inconcebível em que os anteriores Governos deviam às autarquias fundos, tendo saudado, também, a intenção de se devolver o IVA. No plano para 2022, na área do poder local, no ponto 2.7.3 – Cooperação com autarquias, acordos de colaboração entre o IHRU, a Região Autónoma dos Açores e os Municípios, dotado com dois milhões de euros, pelo que, questionou se esta verba será dada aos municípios para que possam entrar com o seu capital de 10% ou de 15% para poderem aceder aos acordos com o IHRU, isto é, como se irá efetivar esta verba, e se os 19 municípios estão ou não interessados. De acordo com um Município, as transferências do IHRU são a 100% para cada Câmara Municipal, tendo pedido ao Vice-Presidente que confirmasse esta afirmação.

O Vice-Presidente esclareceu que esta ação é exatamente para os compromissos que existem com o IHRU, alguns já contratualizados e, de facto, serve para pagar os compromissos financeiros já contratualizados, sendo que, em 2021, o Governo pagou as dívidas de 2019 e 2020. Este programa é da responsabilidade exclusiva dos Municípios, sendo que o Governo pretende adquirir, alguns fogos de habitação que são do IHRU para passarem para o Património da Região e, posteriormente, serem integrados no Programa de arrendamento com a opção de compra. O Senhor Vice-Presidente referiu, ainda, que têm escritura marcada para adquirir os Foros de Solmar, em Vila Franca do Campo, são cerca de 30 fogos para adquirir e que vão ser posteriormente integrados no programa de arrendamento.

O Deputado Manuel Ramos (PS) referiu que é bom perceber que será dada continuidade às políticas de habitação que têm vindo a ser implementadas na região já há alguns anos. No entanto, referiu que existe um certo atraso na execução, nomeadamente no que diz respeito à Ilha Graciosa, de modo que se possa contribuir, também, de certa forma para a fixação de jovens casais que não tem possibilidades de recorrer à banca e para dinamizar a economia. Pelo que questionou qual a razão do atraso da implementação dos programas habitacionais de 2021.

O Vice-Presidente esclareceu que o Governo já esteve na Graciosa em visita oficial e foram detetados esses problemas de atraso, sendo que, há alguma dificuldade em resolver estes assuntos dada a dificuldades de algumas das empresas em dar resposta à procura, às vezes alguns atrasos das próprias juntas que demoram a responder e, também, os licenciamentos dos



municípios, sendo que depois de forma uma cadeia de atrasos. O Governo está a tentar minimizar esses atrasos insistindo junto das juntas de freguesia e da habitação.

O Deputado Paulo Silveira (PSD) referiu que os atrasos não serão certamente em todas as ilhas, uma vez que, ainda no dia 03 de novembro foram criados cinquenta e dois processos de habitação para São Jorge. Sendo assim, questionou se este tipo de programas vão continuar e se a Vice-Presidência pretende manter este nível de resposta.

O Vice-Presidente Artur Lima referiu que os contratos são para continuar com toda a certeza e que em São Jorge está praticamente tudo em dia, faltando a contratualização com as famílias. O Governo tem cerca de um milhão de euros para toda a região para apoiar juntas de freguesia, câmaras e IPSS para a habitação degradada. São Jorge e Graciosa foram processos particularmente difíceis de verificar, perceber se estavam contratualizados ou não, processos morosos que, no que diz respeito a 2020 estão praticamente todos em dia. São programas eficientes que dão resposta às pessoas pelo que o Governo Regional continuará a apostar forte no apoio social e na habitação.

O Deputado Vílson Gomes (PS) referiu que tem sido feito um bom trabalho no que diz respeito à habitação para as novas gerações, tendo questionado, relativamente ao programa de incentivo ao arrendamento, onde se inclui o programa Famílias com Futuro, quantos jovens terão acesso a este programa em 2022 face a 2021 tendo em conta o aumento do orçamento previstos neste plano, e também quantos jovens ficaram de fora do último período de candidatura terminado a 15 de setembro, tendo questionado por último quais as principais razões que têm afastado os jovens da candidatura a este programa.

O Vice-Presidente referiu que o Governo tem tentado responder da melhor maneira possível ao incentivo ao arrendamento jovem. No próximo ano existirá uma nova fase de candidatura com o intuito de dar uma maior resposta aos jovens, não sendo possível esclarecer os motivos que levam alguns jovens a não se candidatar a estes programas. O aumento de 2021 para 2022 prevê que mais de 200 famílias possam neste programa.

O Deputado Vílson Gomes questionou qual a taxa de execução isolada do arrendamento acessível em relação ao programa Famílias com Futuro, ação 2.7 do plano, que no primeiro semestre se situa nos 31,5%, numa rubrica conjunta com a cooperação.

O Vice-Presidente Artur Lima respondeu que a taxa de execução atualmente será superior em relação aos dados do primeiro semestre, sendo que fará chegar à Comissão os dados isolados relativos à execução financeira do Programa Famílias com Futuro.

O Deputado Vílson Gomes referiu que o Programa Porta 65 não teve grande expressão na região, mas tem tido um crescimento a nível nacional, pelo que questionou se deverá haver nos



próximos tempos uma articulação do Programa Porta 65 a nível nacional, de modo a criar algum impacto na região em conjunto com o arrendamento acessível, trazendo benefícios para os jovens.

O Vice-Presidente esclareceu que o Governo Regional tinha uma reunião agendada com a Ministra da Solidariedade para debater vários assuntos, incluindo este, contudo e face à situação política atual o Governo toma boa nota deste assunto, sendo que irão continuar a rever o programa Porta 65, por forma a adaptá-lo à região.

**DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, JOAQUIM BASTOS E SILVA:**

O Secretário Regional Joaquim Bastos e Silva iniciou a sua intervenção referindo que a mesma recairá sobre o Centro de Formação da Administração Pública dos Açores – CEFAPA, Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional, RIAC, serviços de apoio aos funcionários públicos, SREA, Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores, Orçamento Participativo da Administração Pública Regional, mobilidade intercarreiras ou intercategorias e remuneração complementar regional. Em termos do Plano Regional Anual, a SRFAP possui os seguintes projetos e ações:

**Projeto 3.2 Emprego e Qualificação Profissional – 170 000,00 €**

**Ação 3.2.1 Formação profissional (CEFAPA) – 170 000,00 €**

Disponibilizar a todos os serviços das Administrações Regional e Local uma oferta formativa direcionada, eficaz e eficiente por forma a responder às necessidades dos trabalhadores, prevendo ações proactivas alinhadas com as políticas estratégicas de desenvolvimento dos seus recursos humanos.

**Projeto 3.3 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional – 3 498 362,00 €**

**Ação 3.3.1 Modernização e reforma da Administração Pública Regional – 172 820,00 €**

Aquisição de trabalhos especializados, serviços e software informático no âmbito da execução de projetos na área da inovação, modernização e simplificação administrativa, a executar pela Estrutura de Missão de Modernização e Reforma da Administração Pública dos Açores (EMRAP). Operacionalização da 5.ª Edição do Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores (OP Açores).



**Ação 3.3.2 Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores e promoção da qualidade – 150 000,00 €**

Implementação e melhoria do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA), bem como da qualidade nos serviços. Auditorias de acompanhamento e de renovação da certificação segundo a NP EN ISSO 9001:2008 (2017) e NP EN ISSO 9001:2015 (2018 a 2020) do Sistema de Gestão da Qualidade. Operacionalização dos projetos de racionalização dos recursos, como a criação de centrais de serviços. Acompanhamento de processos de redefinição procedimental e ações de sensibilização aos serviços que potenciem a aproximação da administração ao cliente.

**Ação 3.3.4 Desmaterialização de processos – 70 000,00 €**

Atividades relacionadas com a melhoria contínua da infraestrutura tecnológica de suporte às atividades dos serviços da SRFAP, tendo em vista o aumento da eficiência na execução dos processos administrativos e operacionais, e a progressiva transição para o digital.

**Ação 3.3.5 Rede Integrada de Gestão de Processos na Administração Pública - Açores/Cabo Verde 2020 (RIGPAP-ACV) - Projeto MAC2-5.11A-357 – 195 117,00 €**

Desenvolvimento de um projeto de modernização e simplificação administrativa, com enfoque na intervenção nos “processos de negócio” da Administração Pública Regional dos Açores e Cabo Verde, potenciando a criação de uma plataforma de utilização partilhada, com o objetivo de promover a otimização de processos e melhorar a eficiência e eficácia da resposta ao cidadão.

**Ação 3.3.7 Ética e integridade pública - 50 000,00 €**

Promoção de uma cultura de ética e integridade na esfera pública associada à atividade da Inspeção Regional Administrativa e da Transparência.

**Ação 3.3.8 APR + Acessível, Inclusiva e Aberta – 1 869 019,00 €**

Redesenho do atual atendimento ao público da Administração Pública Regional visando uma maior acessibilidade, inclusão e abertura aos cidadãos e empresários açorianos, permitindo que a maioria dos serviços possa iniciar-se em qualquer ponto de atendimento e/ou canal de interação. Para suporte à nova geração do atendimento ao público, será criado o Catálogo Eletrónico de Entidades e serviços da Administração Pública Regional.



**Ação 3.3.9 APR + Apta para o Futuro – 891 406,00 €**

Capacitação da Administração Pública Regional através da promoção da inovação e especialização das entidades e trabalhadores para melhor (co)responderem aos desafios da sociedade e economia açorianas, em que o futuro Laboratório de Experimentação da Administração Pública dos Açores será o espaço privilegiado para o (re)desenho de serviços públicos em colaboração com Academia, centros de I&D, cidadãos e empresas, assente em metodologias inovadoras e novas/emergentes tecnologias digitais.

**Projeto 3.4 Eficiência no Serviço Público ao Cidadão – 1 537 750,00 € (1 100 000,00 €, do Plano, 437 750,00 €, Outros Fundos)**

**Ação 3.4.1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão - 1 537 750,00 € (1 100 000,00 €, do Plano, 437 750,00 €, Outros Fundos)**

Melhoria contínua da infraestrutura da RIAC, incluindo o desenvolvimento de novo portal web de serviços com adaptação a plataforma mobile assim como a remodelação de lojas.

**Projeto 3.5 Serviços Sociais – 173 400,00 €**

**Ação 3.5.1 Serviços de apoio aos funcionários públicos – 173 400,00 €**

Concessão de apoios financeiros às duas associações de funcionários públicos da Região Autónoma dos Açores, Associação dos Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira (AFARIT) e Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos de Ponta Delgada (COOPDELGA), nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/84/A, de 2 de fevereiro.

Apoio socioeconómico aos funcionários públicos em situação socialmente gravosa e urgente nos termos dispostos no Decreto Legislativo Regional n.º 33/2011/A, de 5 de dezembro.

**Projeto 3.6 Estatística – 47 193,00 €**

**Ação 3.6.1 Produção, tratamento e divulgação de informação estatística oficial – 32 000,00 €**

Desenvolvimento de projetos estatísticos; aquisição de equipamento tecnológico/informático; aquisição de material administrativo e de escritório; deslocações externas ao serviço, com vista ao desenvolvimento e implementação de novos projetos estatísticos, incluindo contacto com outras instituições, testes de metodologias e aplicação das mesmas; divulgação e difusão de informação estatística oficial, incluindo atividades promotoras de uma cidadania ativa e consciente.



**Ação 3.6.3 MEDECOAZUL MAC2/5.11a/232 – 15 193,00 €**

Desenvolvimento de indicadores, baseados em estatísticas oficiais, para avaliação e medição da Economia Azul. Implementação e execução do projeto.

Em termos de **Orçamento da RAA**, destaque para os seguintes artigos da proposta de decreto legislativo regional:

- inclusão da educação como nova área do Orçamento Participativo (artigo 2.º);
- 1.ª Edição do Orçamento Participativo da Administração Pública Regional (OP da APR) – artigo 3.º, com uma dotação de 10 000,00 €, que faculta aos trabalhadores com vínculo de emprego público o poder de decisão sobre a utilização de verbas públicas destinadas à promoção da inovação e boas práticas na administração pública;
- Quando haja conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços assim o justifique, até 5% dos trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado afetos aos organismos e serviços da administração pública regional, podem ser sujeitos a processos de mobilidade intercarreiras ou intercategorias, em conformidade com os artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – artigo 9.º, n.º 3.
- O montante da remuneração complementar regional a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional, é atualizado, com efeitos a 1 de janeiro de 2022, em 2,5 % - artigo 52.º.

A Deputada Sabrina Furtado (PSD) iniciou a sua intervenção questionando para quando a criação da CReSAPRAA e se a formação junto da DROAP é só para autarcas ou se serão realizadas formações para a própria comunidade. Atendendo à iniciativa da RIAC móvel, questionou se o mapeamento será por ilha ou por conselho, consoante a necessidade de cada um e qual o critério de aplicação se por habitante ou por área.

O Secretário Regional Bastos e Silva referiu que o Governo irá sempre aposta na formação e que essa aposta poderá evoluir para outras ações de formação, sendo que para já as mesmas serão direcionadas para a administração pública de âmbito regional e local. Relativamente à Comissão de Recrutamento da Função Pública, o Governo está a desenvolver esse projeto até ao final do ano, por forma a criar um maior afastamento e uma maior independência na nomeação de quadros, não estando contemplado como uma ação no plano, uma vez que não envolve custos.



Sem querer assumir diretamente um compromisso, o Governo pretende iniciar o projeto RIAC móvel na ilha Graciosa, dada a sua dimensão. A ideia passa para disponibilização de uma rulote e não de uma viatura pequena, ou seja, um posto móvel, em que o cidadão entra e são disponibilizados alguns serviços, sendo elaborada uma calendarização para que todos saibam em que dias o posto móvel estará na sua freguesia. Será analisada a prestação deste posto móvel e alargado este serviço a algumas ilhas tendo em consideração a sua necessidade e pertinência nestes serviços, através da criação de critérios específicos.

A Deputada Sabrina Furtado questionou se, relativamente à digitalização e modernização da administração pública, com recurso a fundos do PRR, haverá uma entidade coordenadora ou se será transversal a toda a administração pública com o serviço correspondente, sendo que cada um terá autonomia para executar a digitalização e modernização, isto é, se o Governo vai centralizar uma coordenação regional ou dará diretrizes a todas as entidades para que façam os seus projetos de forma independente.

O Secretário Regional Bastos e Silva referiu que há um gestor do Projeto PRR que foi nomeado, sendo que o Governo está a nomear os 11 gestores do PRR, um deles diz respeito à digitalização e modernização da administração pública. Existe uma entidade que coordena a Estrutura de Missão para a Modernização Administrativa, presidida pela Dra. Ana Laranjeiro e que no fundo é o centro da competência técnica, sendo as ações desenvolvidas em cada unidade havendo um coordenador e uma equipa técnica a prestar sempre apoio e a tratar e verificar as contratações para que tudo faça sentido.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) iniciou a sua intervenção fazendo referência à modernização da RIAC e à interligação da RIAC com os investidores, questionando qual o plano que o Governo tem para a RIAC nesta nova função, isto é, se os empresários vão deixar de necessitar de recorrer às Câmaras de Comércio para algumas informações, se vai ser um serviço complementar, ou seja, se a RIAC irá ser um elemento facilitador entre o cidadão, o empresário e a administração pública e os vários programas de apoio.

O Secretário Regional referiu que a ideia é que o cidadão e as pequenas empresas tenham acesso aos serviços centralizados na Terceira, em Ponta Delgada ou na Horta. É um serviço que diminui a distância entre a administração, não dispensando, portanto, as câmaras do comércio. A título de exemplo, uma pessoa de 75 anos que não tem computador, não tem de ir à Segurança Social em Ponta Delgada para obter informações sobre a sua pensão de reforma, ou um empresário de um minimercado da Graciosa que precisa saber informações sobre fundos de recapitalização, o funcionário da RIAC apenas tem de saber para quem deve encaminhar o serviço, para que a pessoa ou o empresário possam, via digital, falar com a entidade competente



para esclarecer as suas dúvidas. A ideia é criar e incutir nas pessoas esta ideia de proximidade à administração pública, sendo que os trabalhadores da RIAC vão saber qual a melhor hora e local para proceder às ligações com os serviços.

O Deputado Manuel Ramos (PS) referiu que a modernização administrativa é muito importante para a administração regional, mas também para a administração local, mais concretamente para as juntas de freguesia, referindo que é fundamental o trabalho desenvolvido pela DROAP e que é essencial que esse apoio seja reforçado. Questionou se o Governo pretende ampliar esse apoio e se em termos de modernização administrativa haverá algum tipo de formação para as autarquias ou mesmo a disponibilização de equipamentos para a prossecução dessas medidas.

O Secretário Regional Bastos e Silva referiu que a DROAP é um serviço com as suas competências técnicas que funciona bem e é eficaz, sendo que, neste momento à uma Direção Regional da Administração Local, afeta à Vice-Presidência com o intuito de prestar um apoio mais direto às Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia. Na parte da formação, o Centro de Formação cobrirá a administração regional e local.

#### **DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO, CLÉLIO MENESES:**

O Senhor Secretário Clélio Meneses iniciou a sua intervenção referindo que a Proteção Civil tem previsto no plano para 2022 uma verba 9,5 milhões de euros, ou seja, uma redução de 4 milhões de euros face a 2021. Esta redução prende-se com algumas obras que estão a ser executadas, mas cujo maior volume de pagamento foi feito em 2021, como é o caso das obras nos quartéis de Bombeiros da Povoação, Faial, Lajes do Pico e dos Altares, sendo que os mais significativos são os quartéis da Horta e Povoação, com um volume de 5 milhões de euros que estavam no plano de 2021. Estando essas obras, em 2022, na sua fase final implicam um valor significativamente inferior. Para além da questão destas obras, há ainda uma verba relativa ao COVID para 2021 que deixa de existir em 2022, sendo que, ainda que exista uma diferença de 4 milhões de euros de 2021 para 2022, há um aumento real de 1 milhão de euros de 2021 para 2022. Está prevista a aquisição de seis viaturas de emergência, uma verba de 420 mil euros face aos 214 mil euros do ano passado, o que representa um aumento significativo na aquisição destas viaturas que são essenciais para a eficaz operação dos corpos de bombeiros. Há, também, um reforço significativo em viaturas Corpos de Bombeiros, o apoio às associações de bombeiros para reforço da operacionalidade e aquisição de viaturas. Haverá uma duplicação do valor previsto de Equipamentos de Proteção Civil e, também, para equipamentos para as associações humanitárias de bombeiros voluntários. Na ação 5.14.5 há uma redução da verba, sendo que





essa redução tem a ver com as radiocomunicações da Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, sendo que, o que estava previsto no passado era um valor relacionado com uma indemnização a pagar pela instalação de equipamentos de radiocomunicações num determinado edifício na ilha de São Miguel e por isso tinham um valor específico para essa indemnização. No que diz respeito à beneficiação e reparação de quartéis de bombeiros dos Açores há um aumento de 70 mil euros, destinados a pagar as fases de conclusão das obras em curso, sendo que, relativamente a outras obras necessárias a realizar noutros quartéis, bem como a construção, irá depender do novo quadro comunitário de apoio, estando, contudo, identificadas algumas dessas reparações. Relativamente ao apoio aos transportes terrestres de emergência, na comparticipação dos encargos dos ocupantes da ambulância esta é uma verba muito importante, uma vez que se irá conseguir fazer uma aproximação ao valor que era necessário, será um aumento de 460 mil euros para reforçar a comparticipação nos encargos com tripulantes de ambulâncias o que significa também que o esforço financeiro significativo vai ao encontro desta necessidade ainda que seja necessário um esforço maior para chegar aos níveis adequados e necessários desta intervenção. No que diz respeito ao suporte imediato de vida há, também, um aumento que corresponde ao aumento do pagamento do valor hora por enfermeiro nesta operação de Suporte Imediato de Vida. No que diz respeito à formação, que é uma área muito importante ao nível da Proteção Civil, o Governo tem uma duplicação do valor da formação das profissionais do Serviço de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e um aumento de 20 por cento na formação dos profissionais dos corpos de bombeiros. No que diz respeito à formação da população, também há uma duplicação do valor previsto, o que quer dizer que a formação é decisiva para uma abordagem correta nas operações de emergência quer da população quer dos profissionais dos serviços locais.

O Deputado Luís Soares (PSD) questionou relativamente à verba inscrita para as radiocomunicações no valor de 448 mil euros, mais concretamente se serão colocados nas zonas sombra repetidores de sinal, por forma a colmatar um problema que dura já há muito tempo.

O Secretário Clélio Meneses referiu que este valor tem a ver com verbas de pagamento das comunicações, do funcionamento normal de todo o processo de comunicações, mas também com a renovação de equipamentos, uma vez que muitos dos equipamentos estão obsoletos, condicionando a eficácia da comunicação.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) questionou relativamente à rubrica 5.14.2 – viaturas dos corpos de bombeiros, no sentido de obter esclarecimentos, na medida em que, há corpos de bombeiros que têm viaturas com muitos quilómetros e com muito desgaste, sendo que



pretende saber se há um planeamento para renovação faseada da frota dos corpos de bombeiros.

O Secretário Clélio Meneses esclareceu que esta ação visa, de alguma forma, também concretizar aquilo que já esteve previsto para o Plano e Orçamento de 2021 e que por dificuldades relativas aos quadros comunitários, não foi aceite, transitando para o ano seguinte. São veículos de intervenção tática, isto é, veículos muito específicos de grande exigência e robustez em termos de intervenção e que se pretende que seja feita de uma forma faseada de acordo com a necessidade de circunstâncias de cada Corpo Bombeiros e respetivas condições, como, também, em termos de intervenção geográfica.

O Deputado Pedro Pinto questionou, ainda, se a intenção do governo é lançar um concurso público nos moldes em que geralmente os concursos públicos são lançados em Portugal, em que prevalece a oferta de menor valor ou se vai imperar algum sentido de qualidade com o objetivo de ter viaturas que possam desempenhar melhor a sua função pela sua robustez, pela sua longevidade e pelo seu menor custo de manutenção.

O Secretário Clélio Meneses esclareceu que no passado o curso público efetuado pelo anterior Governo foi modificado, havendo um concurso genérico para todos os Corpos de Bombeiros, o que trouxe muitos problemas porque as ambulâncias estão neste momento a necessitar de intervenções de adaptação tendo em consideração as diferentes realidades. Por isso, o Governo pretende que façam parte do júri, membros dos Corpos de Bombeiros para que possam fazer essa avaliação concreta das qualidades e condições das viaturas.

O Deputado João Vasco Costa (PS) questionou se seria possível quantificar, em termos de execução, os valores relativos a 2021 no que diz respeito às obras dos vários quartéis.

O Secretário Clélio Meneses afirmou que as obras decorrem conforme previsto, algumas até estão mais adiantadas do que o previsto, razão pela qual os valores inscritos para 2022 correspondem efetivamente ao que faltará pagar das fases finais das obras em questão.

O Deputado Manuel Ramos referiu que as Associações Humanitárias se têm deparado com uma dificuldade no que diz respeito à aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para os bombeiros voluntários, pelo que questionou se há alguma ação que vise colmatar este problema que tem a ver com os equipamentos de combate a incêndio dos bombeiros. Questionou, relativamente a um autotanque da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Graciosa que se encontra operacional já há algum tempo, se esta associação poderá usufruir deste apoio para a aquisição de viaturas.

O Secretário Regional referiu que, durante muito tempo a aquisição de equipamentos para as Associações de Bombeiros foi descurada, sendo que, está prevista na ação 5.14.4 uma verba que



duplica o valor de 2021 precisamente para satisfazer essas necessidades. Há, portanto, uma consciência clara dessa necessidade de investimento, no que diz respeito aos equipamentos de proteção individual nomeadamente contra incêndios. Relativamente à aquisição de viaturas conforme foi referido é um processo que vai ser decidido de acordo com as necessidades e as circunstâncias, quer ao nível do atual estado das viaturas em cada uma das corporações, quer ao nível da necessidade pela área geográfica que abrange cada uma dessas corporações, sendo que essa aquisição será feita exatamente de acordo com essas necessidades e de forma faseada.

**DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO,**

**DUARTE FREITAS:**

O Secretário Regional, Duarte Freitas, iniciou a sua intervenção referindo que a taxa de execução na área de emprego e qualificação profissional do ano 2021 está a cerca de 90%. Por outro lado, as verbas propostas de 2021 para 2022 tem um decréscimo de 9 milhões e 265 mil euros. No ano de 2021 executaram vinte e sete milhões nas medidas COVID, prevendo que haja um arrasto para 2022 de 7 milhões, em termos líquidos excetuando as medidas COVID em 2021. Em 2022 haverá um acréscimo de 11 milhões de euros para os programas de Emprego e Formação Profissional. Na primeira metade do ano 2021 os esforços foram focados na mitigação dos efeitos da pandemia tentando assegurado o emprego por um lado e dando garantias às empresas para estarem em condições da retoma de alavancar os seus trabalhos e faturações. O verão de 2021 em termos turísticos foi muito bom, sobretudo nas exportações, estas tiveram um desempenho muito bom. O Governo estipulou para 2022 um reforço nas verbas para a exportação, sendo que este ano a execução das verbas ao apoio à exportação, juntamente com o programa de apoio à restauração e hotelaria fez com que a taxa de execução fosse de 150 por cento, notando-se a capacidade produtiva exportadora em bom ritmo. A partir do final do primeiro semestre, o Governo começou uma reforma em relação aos programas de emprego e em relação à formação profissional. A perspetiva da formação profissional para o horizonte de 20/30 é um dos objetivos do fórum da qualificação profissional que tem vindo a decorrer, em conjunto com o Webinar de reflexões, culminando com um evento presencial a 17, 18, 19 e 20 de novembro e que levará a um livro sobre a formulação das políticas da formação profissional para lançar em janeiro. Os cursos de formação profissional e as verbas que estão previstas na formação profissional são verbas do atual quadro comunitário de apoio e nesse aspeto passaram de 36 para 37 cursos de formação que já foram abertos em setembro passado, mas isso obriga a um esforço no orçamento porque as verbas do Fundo Europeu já não chegariam para tantos cursos. A reforma dos programas de qualificação e emprego no âmbito da qualificação estão a



ser refletidas numa análise prospetiva até 2030 no âmbito deste fórum. Estão a ser desenvolvidas algumas medidas de emprego como por exemplo: o fórum Açores, desafiando as entidades formadoras e as empresas a fazer formação em função as suas próprias necessidades. Lançou-se também a geração Açores PRO, com um conjunto vasto de iniciativas, iniciando-se na Universidade dos Açores através de verbas do PRR, e, ainda, no que diz respeito a medidas de emprego será lançado o PROSA Qualifica. Isto vai transparecer num diploma que está a ser ultimado e que será a norma habilitante para todas as medidas dos programas de formação de emprego, com intuito de garantir que ninguém fique fora do mercado social, chamado Social Emprego, em que se irá alterar alguns programas, como já foi feito com o Estagiar L e T, introduzindo mais proteção social. Nos Estagiar será introduzida a proteção social e a diferenciação entre a duração dos Estagiar no público e no privado, incentivando cada vez mais a que os jovens possam ir para o privado. No final do primeiro semestre o Contratar já ultrapassou os 1200 contratos feitos, sendo 2/3 no Contratar Estável o que revela um eficaz combate à precariedade. Outra medida a desenvolver e que foi aliás discutida recentemente no Parlamento Regional e que está relacionada com o mercado laboral interno. O Governo está a desenhar no mercado laboral interno os programas de emprego, sendo esta uma tarefa muito exigente, na medida em que, para que seja eficaz terão de ter em consideração não só os programas de emprego, mas também a área do social, do empresariado, das autarquias locais, sendo que só com o envolvimento de todos a medida poderá funcionar. O Governo pretende ao longo do ano de 2022 lançar os primeiros passos da reforma da qualificação profissional resultante do Fórum da Qualificação Profissional, a desenvolver e agregar muita reflexão e por outro lado aprofundar a reforma que está a ser feita nas medidas de emprego e inserção sócio profissional, levando os estagiários até ao mercado social emprego e até um contrato laboral regional.

O Deputado Vílson Gomes (PS) questionou onde poderão encontrar as taxas de execução anunciadas pelo Senhor Secretário anunciou e qual o motivo pela qual o relatório do terceiro trimestre ainda não foi divulgado. Questionou, ainda, se é possível, nos dados de janeiro a junho desagregar as rubricas referentes à qualificação profissional e ao emprego.

O Secretário Duarte Freitas esclareceu que está a dar os valores até ao final de outubro, referindo o que é a execução não relacionada com os relatórios semestrais ou trimestrais, mas com aquilo que é a realidade dos serviços desta secretaria no final de outubro. É, portanto, uma informação adicional que se presta, não sendo da competência desta secretaria entregar os relatórios trimestrais e semestrais. O que é mais relevante é o facto de terem sido executados, no âmbito das medidas COVID, 27 milhões de euros e pretende-se executar mais 7 milhões em



2022 ficando as verbas disponíveis liquidas para 2022. Em relação à formação, à data de 30 de outubro, há um saldo de 81 por cento, em relação aos estágios de 80 por cento e em relação ao emprego de 98 por cento e daqui a média de 90 por cento.

O Deputado Vílson Gomes referiu que, de acordo com o Serviço Regional de Estatística dos Açores, no segundo trimestre há menos 1.000 empregos entre os jovens com menos de 25 anos e menos 1.500 na faixa etária dos 25 aos 34 anos, o que representa cerca de 31 por cento do emprego que se perdeu neste segundo trimestre comparando com o segundo trimestre de 2020, período em que a pandemia embateu com força nos Açores e fez também desviar o mercado de trabalho. Assim sendo, questionou a razão da diminuição de investimentos nesta ação relacionada com a empregabilidade jovem, sendo que para 2021 estava prevista uma verba de 106 milhões de euros, havendo uma redução de 3 milhões para 2022.

O Secretário Duarte Freitas esclareceu que a Secretaria trabalha com os dados das agências dos Centro de Emprego que são atualizados ao dia. A data desta audição havia 6.319 pessoas inscritas nas agências dos centros de emprego da região. E aquilo que se passa em relação à empregabilidade tem de ser muito bem analisado, com muita calma, porque na verdade o que se ouve todos os dias da parte dos empresários é a dificuldade em angariação de mão de obra. E na verdade aquilo que se pretende potenciar são as condições para que a oferta e a procura de mão de obra se faça por várias abordagens, naturalmente melhorando as suas competências e as suas condições de empregabilidade. É necessário refletir sobre aquilo que são as condições dadas aos próprios trabalhadores. Nesse aspeto, realçou que através do Programa Contratar houve um crescimento médio de 10 por cento nos salários. A Escola Turística Hoteleira vai lançar cursos de 10 meses para que no próximo ano, durante a época alta se possa já ter pessoas a estagiar e que já trabalharam com instrutores formados. Das mais de 600 pessoas inscritas nos centros de emprego de Ponta Delgada, a quem foi oferecido a possibilidade de frequentar esta formação apenas 300 responderam, sendo esta uma dificuldade acrescida para a Escola Turística e Hoteleira. Estes cursos dão bolsas que podem chegar a 80 por cento do salário míni Pelo que se torna necessário fazer uma reflexão relativamente ao que se está a passar com estas pessoas que optaram por não querer frequentar a formação, sendo que algumas tinham acesso a subsídio de desemprego, mas outras não.

O Deputado Vílson Gomes referiu que a falta de mão de obra é generalizada, tal como mencionou o Senhor Secretário, e que, de acordo ainda com o Senhor Secretário, o programa de contratação tem servido também para garantir uma maior estabilidade laboral aos trabalhadores. Relativamente ao segundo trimestre deste ano, de acordo com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, mostram uma subida de 1.500 postos de trabalho



em programas ocupacionais, um incremento de 71 por cento face ao mesmo período de julho de 2020. A região entre junho e setembro tem mais 300 trezentos açorianos em programas ocupacionais em comparação com o segundo trimestre de 2020, o que se traduz também como condicionante na falta de mão de obra que a região está a atravessar e tem sido pública as manifestações de associações de empresários e de organizações para que se encontre uma solução para as questões dos programas ocupacionais.

O Secretário Duarte Freitas esclareceu que, no âmbito das competências da sua secretaria, os programas Prosa não abriram na época de junho, sendo que ao longo de 2021, nomeadamente a partir do final do primeiro semestre, o Governo tem vindo a cortar com os programas PROSA agora que estão nas mãos da Secretaria Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional. Mas, por exemplo, uma pessoa contratada pelo programa CTTS, são pessoas que têm direito a subsídio e depois são contratadas pelas entidades que pagam o diferencial para a categoria profissional, essas matérias não dependem desta Secretaria Regional. De qualquer forma, para 2022, o Governo pretende aprofundar estas reformas dos programas do emprego visando em primeiro lugar que são necessários programas de emprego que possam dar oportunidades a todos, incluindo pessoas com 60 anos ou com dificuldades de empregabilidade. É preciso mudar as condições para que todas as pessoas possam ter formação e possam ter uma melhor empregabilidade, não deixando ninguém para trás.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) questionou o Senhor Secretária se poderia indicar qual o valor médio do subsídio de desemprego pago atualmente.

O Secretário Duarte Freitas esclareceu que não tinha esses dados consigo, contudo, comprometeu-se a fazer chegar esses dados à Comissão de Política Geral.

### **DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES, ANA CARVALHO:**

A Senhora Secretária Regional Ana Carvalho iniciou a sua intervenção referindo o seguinte: O Plano Regional Anual para o ano 2022 prevê uma dotação na ordem de cento e vinte e seis milhões de euros no programa Obras Públicas Transportes e Comunicações. As ações referentes às Obras Públicas e Transportes Terrestres totalizam um valor superior a 113 milhões dos quais mais de 59,5 milhões correspondem a ações que visam implementar investimentos decorrentes das políticas setoriais dos restantes departamentos do Governo Regional, por estes identificados a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações doravante SROPC se propõe a executar atendendo à concentração das obras públicas operado por Decreto Regulamentar Regional nº 10/2021/a de 22 de junho. No ano de 2022 o principal enfoque em matéria de obras públicas



prende-se com a execução do Plano de Recuperação e Resiliência com uma dotação de 10,5 milhões de euros. Neste âmbito, estão previstas as seguintes ações: circuitos logísticos terrestres de São Miguel, a melhoria das acessibilidades nas Furnas e Povoação, a variante das Capelas e variante Portal do Vento; circuitos logísticos terrestres ilha Terceira - promoção das condições acessibilidades, mobilidade e segurança rodoviária, ligação entre via Vitorino Nemésio-VVN-Angra; circuitos logísticos terrestres de São Jorge - promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária - ligação entre norte e sul da ilha transversal; circuitos logísticos terrestres de Santa Maria - construção da variante de Vila do Porto; circuitos logísticos terrestres da Graciosa - ligação entre a Estrada Regional 3 de 2ª e estrada regional 4 de 2ª; circuitos logísticos terrestres do Pico - construção da circular à Vila da Madalena; circuitos logísticos terrestres do Faial - construção da segunda fase da variante à Cidade da Horta. Ainda no âmbito do PRR Regional a SRAPC procederá ainda à execução de investimentos a seguir identificados respeitantes a outros departamentos governamentais, nomeadamente, a reabilitação da Escola Profissional das Capelas e a Criação de Centro de Qualificação dos Açores; a reestruturação das redes de internet Wi-Fi das escolas da Região Autónoma dos Açores. Em matéria de transportes terrestres, para além das ações de reabilitação e beneficiação de estradas regionais em todas as ilhas da Região, incluindo intervenções ao nível da sinalização horizontal e vertical, está previsto um investimento global de cerca de 6 milhões e, ainda, está previsto um investimento de 11,3 milhões no sistema de transportes terrestres e segurança rodoviária, no âmbito de cooperação a promover pela Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações com instituições e entidades locais e regionais nos seus domínios de atuação, designadamente através de celebração de contratos-programa, assim como, através de contratos ARAAL com as autarquias locais no âmbito das suas competências, sempre que se justifique. Quanto ao Laboratório Regional de Engenharia Civil com uma dotação de cerca de um milhão de euros, está previsto, para além do desenvolvimento de ações de investigação, inovação e divulgação na área de Engenharia Civil destinadas a incrementar a utilização de materiais endógenos da região e promover a circularidade e a reutilização dos resíduos de construção e demolição; prosseguir a implementação de uma valência de obras hidráulicas e marítimas que permitam diagnosticar e preparar decisões atempadas à manutenção das infraestruturas assegurando a sua operacionalidade e bom funcionamento.

O Deputado Manuel Ramos (PS) iniciou a sua intervenção referindo que são muitas as dificuldades que têm vindo a público no que diz respeito ao anel de fibra ótica que liga os Açores ao Continente tendo nesse sentido questionado quais as ações do Governo Regional tem tomado junto das entidades competentes.



A Secretária Ana Carvalho esclareceu que esta é uma matéria que transcende o Governo Regional dos Açores, sendo que, o executivo tem pouca ou praticamente nenhuma intervenção neste assunto. Os cabos estão a chegar praticamente ao final do prazo de validade, tendo havido um compromisso da República de que até 2025 tudo estaria resolvido. O assunto foi entregue a uma empresa para lançar o concurso, sendo que, até à presente data o concurso não foi lançado. O Governo tem envidado esforços junto do Ministério das Infraestruturas, com cartas enviadas, sem resposta. O presidente do Governo na cimeira que teve em Lisboa referiu este assunto, tendo sido dito pelo Ministro das Infraestruturas que estavam atentos ao assunto.

O Deputado João Vasco Costa (PS) referiu que o Governo continua a esconder as taxas de execução, sendo que, relativamente ao terceiro trimestre dificilmente serão conhecidas essas taxas até pelo menos ao plenário de discussão do plano e orçamento deste ano, pelo que questionou, qual a percentagem de execução dos 12.000€ previstos para comunicações em Santa Maria. Referiu, também, que numa visita à Proteção Civil, foi informado que seria instalado o DataCenter do Governo num contentor junto à sede da Proteção Civil, tendo explicado que no passado terá sido decidido que o DataCenter deveria ser fixado na RAEGE em Santa Maria, tendo questionado o porquê do governo ter alterado a localização do mesmo.

A Senhora Secretária referiu que estavam previstos 12.000€ sendo que passaram para 100.000€ pelas propostas de alteração, sendo que a Secretaria prevê iniciar e concluir a beneficiação de algumas estradas regionais da ilha de Santa Maria até ao final do ano. Relativamente aos dois DataCenter, as localizações já tinham sido definidas pelo anterior Governo, sendo que seria um na Terceira e outro em São Miguel. O atual Diretor Regional das Comunicações era o subdiretor regional das comunicações do anterior Governo, tendo sido essas as informações transmitidas.

O Deputado Tiago Branco (PS) referiu que a SROPC para 2021, tinha um valor de 94 milhões de para executar no seu plano de investimentos, sendo, de acordo com os dados publicados, foram executados até junho pouco mais de 17 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 18,6%. Das 28 ações do Plano 2021, no final de junho, 20 delas tinham execução de zero por cento, pelo que questionou qual a credibilidade que se pode atribuir ao plano para 2022 que se propõe a executar mais de 125 milhões de euros em investimentos, quando na realidade, relativamente ao Plano de 2021 foram executados pouco mais de 17 milhões de euros e, também, quanto está previsto ser executado até ao final do ano.

A Secretária Ana Carvalho referiu que, até à publicação das orgânicas e aprovação do Plano Regional Anual, isto é, durante o primeiro semestre, a SROPC não tinha qualquer competência no âmbito da execução das obras, razão pela qual a taxa de execução é muito baixa. Relativamente à estimativa da taxa de execução, a Senhora Secretária referiu que no final do





ano estará em condições para analisar as taxas de execução, mas que neste momento ainda é prematuro adiantar uma percentagem.

**DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA, PEDRO FARIA E CASTRO:**

O Subsecretário Pedro Faria e Castro iniciou a sua intervenção referindo que, em cumprimento do programa do Governo, iniciaram-se, no ano 2021, uma série de ações no âmbito da cooperação externa e dos Assuntos Europeus que terão continuidade em 2022. Em traços gerais de atuação nesta área, referiu, em primeiro lugar, que o Governo tem participado numa série de programas apoiados pela própria União Europeia. Em relação às dotações do plano inscritas para 2022 nesta área, dois projetos, um de Relações com Atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores, com uma verba de 340.000€, em que 117 mil correspondem a dotações do orçamento da região e 223 mil de comparticipações da União Europeia. Relativamente à Centralidade Atlântica estava prevista uma verba de 20.000€, em 2021, havendo uma verba de 16.000€ para 2022. Na formação e mobilidade regional e internacional passou de 64.650€ para 60.000€ em 2022. Há três programas co-financiados pela União Europeia, o Hexágone que este ano tem uma dotação de 148 mil euros que corresponde a 22.000€ do orçamento da região e 126.000€ de fundos da União Europeia. As ilhas de Inovação são também um projeto a desenvolver com uma série de regiões parceiras da União Europeia e que tem uma dotação de 40.000€, em que 6.000€ serão do orçamento da região e 34.000€ financiados pela União Europeia. No Programa Integra está previsto um valor de 73.994€, sendo 11.000€ da região e 62.000€ da União Europeia. Neste capítulo há um aumento substancial em relação a mil euros 994 11 milhões da região 62 mil da União Europeia e que há efetivamente neste capítulo um aumento substancial em relação a 2021, porque se trata de aproveitar financiamentos da União Europeia, ou seja, estar numa fase mais adiantada dos projetos, o que possibilita uma maior execução em 2022. Em relação aos Projetos Relações Internacionais e inter-regionais e com as instituições da União Europeia está inscrita uma verba de 109.000€, ou seja, menos de cerca de 30.000€ do que em 2021. Os Açores na Europa tinham uma dotação de 71.000€ em 2021 e para 2022 uma dotação de 56.000€. A Promoção dos Valores da Cidadania Europeia possuía uma verba de 5.000€ em 2021, sendo que passou para 4.000€ em 2022. No capítulo 50 há um aumento de cerca de 150.000 euros que se deve essencialmente aos programas financiados pela União Europeia, tendo sido um esforço feito pelo Governo, uma vez que há uma série de ações que pretendem desenvolver no próximo ano. Uma das justificações que para esta redução em 2022 em relação a 2021, prende-se com o facto de em 2021 o



Governo estar a presidir à Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, sendo que irá haver um evento final a decorrer no Algarve e que requer algumas verbas que estavam inscritas no Plano de 2021.

O Deputado Berto Messias comentou que o setor da Cooperação Externa e dos Assuntos Europeus é, por vezes, no âmbito do debate do Plano e Orçamento, um pouco menosprezado tendo em conta a densidade e importância para a atividade económica diária da nossa região. Este é um assunto para o grupo parlamentar do Partido Socialista de grande relevância, sendo que, ao longo dos anos, fruto do trabalho de várias individualidades e, também, da importância da perspectiva que a nossa região sempre deu à área dos Assuntos Europeus e a Cooperação Externa e que sem perder uma presença credível nas plataformas europeias, reiteram a importância da continuação dessa postura desde que se vive em autonomia democrática. O Partido Socialista entende a perspectiva importante e relevante daquilo que representa a Europa para os Açores e sobretudo da importância que os Açores representam, enquanto região ultraperiférica, para a Europa. Os Açores são, hoje, fruto do trabalho de muita gente e, desde logo, obviamente dos vários governos regionais desde a autonomia democrática uma referência da aplicação dos fundos estruturais, dos fundos comunitários na região. Por variadíssimas vezes, várias individualidades com altas responsabilidades na Europa afirmaram os Açores como um exemplo na aplicação de fundos comunitários. O Deputado Berto Messias referiu que o Partido Socialista pretende deixar, junto do Senhor Subsecretário, uma mensagem de todo o empenho e todo o envolvimento do grupo parlamentar na continuação deste processo de reforço, da presença e de credibilidade da Região Autónoma dos Açores nas instâncias europeias acompanhando muito de perto a execução daquelas que são as medidas aqui apresentadas pelo senhor subsecretário. Não sendo obviamente aceitável que se descure a credibilidade que se conseguiu construir ao longo dos anos e, portanto, da parte do grupo parlamentar do Partido Socialista o Senhor Subsecretário terá toda a colaboração e acompanhamento daquilo que se propõe fazer no próximo ano, concordando e dando propostas e ideias ou criticando e alertando para os assuntos que considerem pertinentes.

O Subsecretário Pedro Faria e Castro agradeceu a disponibilidade demonstrada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista para acompanhar os esforços que se pretende fazer nos próximos anos no âmbito da Cooperação Externa e deixar algumas notas relativamente ao trabalho que tem sido desenvolvido pelo Governo nesta área. A primeira nota tem a ver com o facto de o ano de 2021 ter sido muito penalizador na ação governativa, sendo que a área dos assuntos externos foi altamente penalizada, havendo ainda serviços que trabalham online e continuam a não aceitar reuniões presenciais. A segunda nota prende-se a importância do



acompanhamento da região com as questões externas pela perspectiva que diz respeito à política de coesão. Desde a autonomia dos Açores que se trabalha na integração da economia regional nos fundos da União Europeia, primeiro através dos quadros comunitários de apoio e agora através dos quadros financeiros plurianuais. O Governo pretende levar às instituições europeias e ao Governo português uma perspectiva de transversalidade da ultraperiferia, que não tem a ver necessariamente com a Política de Coesão da União Europeia. Os Açores são uma região ultraperiférica da União Europeia nos termos consagrados nos artigos 349º e 355º dos tratados. A definição de periferia existe para a Região Autónoma dos Açores e para as outras oito regiões ultraperiféricas da União Europeia pelas suas circunstâncias que estão definidas no artigo 349º. Isto implica que para além de participarmos na Política de Coesão da União Europeia, tendo em conta a nossa posição e o PIB da região em relação à média da União Europeia, que há uma quantidade de outras questões, princípios mais importantes que têm a ver com a adaptação das políticas da União Europeia à realidade açoriana. A última nota tem a ver com a Cooperação externa, essa sim fortemente penalizada pelo efeito da pandemia, sendo que o Governo Regional está a desenvolver esforços para, a partir de 2022, ter uma calendarização efetiva, com o intuito de renovar as linhas de relacionamento que a região tem mantido ao longo de décadas com a União Europeia mas, também, abrir novas linhas de contactos com outras regiões do mundo que têm afinidades com os Açores e que podem em cooperação promover ações de desenvolvimento comum.

O Deputado Pedro Pinto interveio esclareceu que a visão do CDS-PP vai ao encontro da visão aqui apresentada pelo Senhor Subsecretário, no que diz respeito à dimensão atlântica que os Açores dão à União Europeia referindo, ainda, que a visão deve ser mais abrangente, na medida em que os Açores têm, também, uma dimensão mundial através da Diáspora Açoriana. O papel dos Açores na União Europeia não se encerra apenas no papel de uma região ultraperiférica, sendo que deverão ser potenciadas as riquezas geográficas, as riquezas em termos ambientais e humanas, seja através da cultura, seja através da Diáspora.

---

### SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

---

**O Grupo Parlamentar do PS** emitiu parecer de abstenção, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



O **Grupo Parlamentar do PSD** emitiu parecer favorável quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP** emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O **Grupo Parlamentar do BE** emitiu parecer de abstenção, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O **Grupo Parlamentar do PPM** emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

---

#### CONCLUSÕES E PARECER

---

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2022”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022”**.

Conforme despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia.

Santa Maria, 09 de novembro de 2022



**A Relatora**

**Elisa Sousa**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente**

**Bruno Belo**